

INSTITUTO	
Documentação	
Fonte	CORREIO BRASILENSE
Unidade	15/03/96 Pg 14
Classificação	1641

# Jobim diz que demarcações continuam

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, disse ontem que o Decreto 1.775 tem sido analisado de forma emocional. Ao empossar o novo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Júlio Gaiger, Jobim afirmou que o governo vai prosseguir com os processos demarcatórios e considerou irrelevantes as resistências ao decreto.

Na próxima semana, 700 indígenas estarão em Brasília para protestar contra a política indigenista do governo, em especial o decreto que dá direito aos supostos proprietários de terras de questionar na Justiça os processos de demarcação de áreas indígenas.

Nenhum tipo de protesto marcou a posse do novo presidente da Funai, mas alguns índios mostraram seu descontentamento com a nomeação feita por Jobim. O índio Francisco Tabajara, do Ceará, disse que os índios não foram consultados sobre a nomeação de Gaiger.

“Esta Funai está igual a cabaré. Chega um camarada que ninguém sabe quem é. Aposto que este não dura dois meses”, afirmou Tabajara, que defende uma comissão de índios presidindo a Funai.

O índio Marcos Terena não é tão pessimista. Terena afirmou ontem que é necessário esperar o novo presidente da Funai anunciar suas metas e seu estilo de trabalho. Gaiger disse ontem que vai ouvir os ín-

dios antes de traçar suas metas.

**Expectativa** — Júlio Gaiger, 39 anos, advogado gaúcho especializado em direito agrário, ambiental e indígena, disse que a aplicação do decreto na prática vai mostrar que a intenção do governo é ampliar o processo de demarcação.

“O que existe é a falta de compreensão a respeito das intenções que levaram à redação do decreto”, defendeu Gaiger, um dos principais auxiliares de Jobim na elaboração do documento. “Acho natural o clima de expectativa, mas vamos nos estruturar para atender às novas instâncias exigidas no processo.”

“Há um equívoco emocional na análise do decreto, que vem atualizar o modelo demarcatório e compatibilizá-lo com a Constituição”, defendeu Jobim. A inclusão do contraditório nos processos de demarcação não será empecilho, segundo ele, à demarcação de 30 milhões de hectares até o final do ano.

Ontem mesmo, líderes indígenas do Alto Rio Negro (AM) divulgaram uma nota manifestando “indignação diante da forma como o governo vem conduzindo a política indigenista”. O documento também criticou a considerada imposição do presidente na Funai e o ingresso na direção do órgão de pessoas, segundo a nota, “ligadas ao Estado, fazendeiros, políticos, mineradores”.